Instituto de Apoio à Criança

infoCEDI

Boletim do Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Criança do Instituto de Apoio à Criança

CEDI CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE A CRIANÇA

InfoCEDI Março-Abril 2015 N.º 57

Ficha Técnica

Direcção de Publicação:
Ana Tarouca
Pedro Pires

Revisão de texto:
José Brito Soares

Edição:
Instituto de Apoio à Criança
Largo da Memória, 14
1349-045 Lisboa

Periodicidade: Bimestral

ISSN: 1647-4163

Distribuição gratuita

Endereço Internet:
www.iacrianca.pt
Blogue:
Crianças a torto e a Direitos

Serviço de Documentação:
Tel.: (00351) 213 617 884
Fax: (00351) 213 617 889
E-mail:iac-cedi@iacrianca.pt

Atendimento ao público, mediante marcação
-De 2ª a 5ª feira, entre as 9.30h e as 16.00h
-6ª feira entre as 9.30h e as 12.00 horas

Para subscrever este boletim digital envie-nos uma mensagem para
iac-cedi@iacrianca.pt

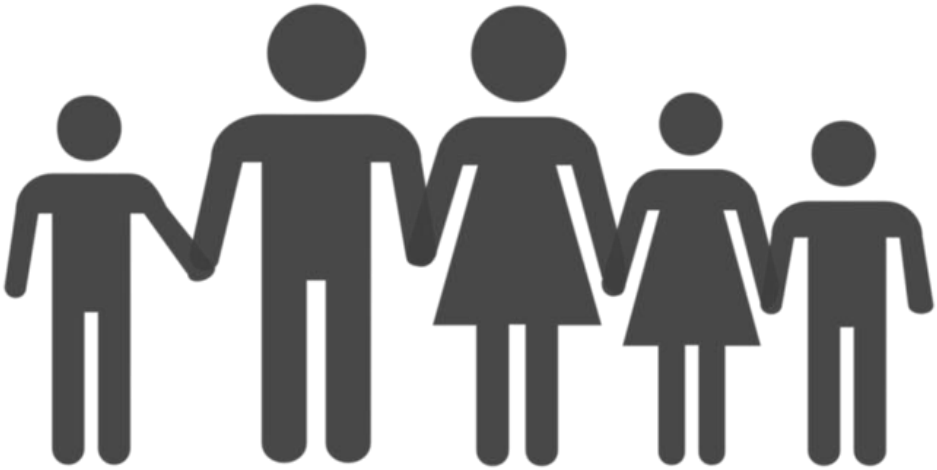
pixabay

Sobre o Acolhimento Familiar da Criança definimos

"O acolhimento familiar consiste, assim, na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. Dentro desta nova ótica, em que se atenta de modo especial às características e necessidades das crianças e jovens, o artigo 47.º da lei de proteção preconiza dois tipos de famílias de acolhimento: famílias em lar familiar ou em lar profissional. O acolhimento familiar em lar profissional pretende a plena integração familiar das crianças e jovens cuja situação, por exigir uma especial preparação, aponta para a necessidade de a família de acolhimento ter uma formação técnica adequada.

1 — A medida de acolhimento familiar é executada tendo por base a previsibilidade do regresso da criança ou do jovem à família natural, quando esta se encontre em condições de garantir a promoção dos direitos e da proteção da criança ou do jovem.
2 — Não sendo possível a solução prevista no número anterior constitui igualmente pressuposto da execução a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida.

Decreto-lei N.º 11/2008



pixabay

Modalidades de acolhimento familiar

1 — O acolhimento familiar é de curta duração ou prolongado.

2 — O acolhimento de curta duração tem lugar quando seja previsível o retorno da criança ou do jovem à família natural em prazo não superior a seis meses.

3 — O acolhimento prolongado tem lugar nos casos em que, sendo previsível o retorno à família natural, circunstâncias relativas à criança ou ao jovem exijam um acolhimento de maior duração.

Lei N.º 147/99: art.º 48

O acolhimento familiar pode acontecer em i) lar familiar, ii) em lar profissional ou pode ser considerado como iii) acolhimento de emergência, de acordo com as classificações previstas pela LPCJP (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo):

i. **acolhimento em lar familiar** – acolher uma ou mais crianças no seio de uma família candidata apenas a família de acolhimento;

ii. **acolhimento em lar profissional** – relaciona-se diretamente com o acolhimento de crianças com várias problemáticas e necessidades especiais (crianças com deficiência, doença crónica ou problemas do foro emocional e comportamental). Neste tipo de acolhimento, os acolhedores têm de ter competências especializadas para lidar com este tipo de situações. Apenas podem ser acolhidas o máximo de duas crianças (Delgado, 2010);

iii. **acolhimento de emergência** – dá-se em situações em que a criança tenha de ser retirada da sua família biológica numa situação particularmente séria. A criança fica com a família de acolhimento apenas por alguns dias até o seu futuro ser decidido (Delgado, 2011).

O acolhimento familiar é uma medida marcada pela transitoriedade, o que pode implicar um sentimento de segurança, como também uma difícil adaptação, tanto por parte das crianças como da família que as acolhe.

Maia, 2013: 25

"(…) o Acolhimento Familiar é promovido pelas instituições de enquadramento que podem ser os Centros Distritais de Segurança Social, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no caso específico da capital, e as instituições particulares de solidariedade social que, de acordo com o seu estatuto, disponham de meios adequados para atuar com essa finalidade, mediante acordos de cooperação celebrados com as duas entidades anteriormente referidas, o que só sucede, atualmente, em dois casos, de reduzida expressão. É à instituição de enquadramento que compete selecionar as famílias de acolhimento, formá-las, acompanhar o acolhimento e emitir parecer sobre a continuação, alteração ou cessação da medida, fases e procedimentos que serão objeto da nossa atenção nos pontos seguintes".

Delgado, 2010: 337

Sobre o Acolhimento Familiar da Criança recomendamos

Características y desarrollo del acogimiento familiar en dos países con fuerte tradición de acogimiento residencial: España y Portugal (2014)

Artigo de Mónica López López *[et al.]*: "… este artículo ofrece una investigación comparativa realizada en España y Portugal, cuyo objetivo ha sido la evaluación del acogimiento familiar en dos países donde la investigación en el ámbito de la protección infantil ha sido tradicionalmente desatendida. Sobre una muestra de 357 casos en España y 289 en Portugal, se realizó un estudio del perfil de características de los niños acogidos, las familias de origen y los acogedores, así como de los procesos de acogida en ambos países. La comparativa reveló importantes diferencias relacionadas con la mayor edad al inicio del acogimiento de los niños en España; el perfil de los acogedores, con edades más avanzadas, un bajo nivel educativo y llevando a cabo acogidas de más de un niño simultáneamente en Portugal. El estudio comparado nos ha permitido identificar áreas que requieren mayor atención en ambos países, como la renovación generacional del banco de acogedores en Portugal o la necesidad de acelerar los procesos de toma de decisiones para la entrada en acogimiento familiar en España".

Disponível on-line »

Familias acogedoras de menores: un análisis desde el modelo de red social (2014)

Artigo de Ana García: "En el artículo se presenta el estudio realizado con siete familias acogedoras de niños/as y jóvenes, en las modalidades de familia extensa y educadora". Disponível on-line »

Estilo de funcionamiento de las familias de acogida y conducta adaptativa: autoconcepto de los niños, niñas y adolescentes bajo su cuidado (2014)

Artigo de Monica Valgañon: "Las familias de acogida son un sistema de cuidado infantil excepcional de tiempo indefinido. Se utiliza cuando las familias biológicas no pueden criar a sus hijos porque padecen graves trastornos psicosociales que ponen en riesgo la integridad de los niños/as y adolescentes. Si bien las familias de acogida pueden resultar una alternativa favorable para la crianza fuera de la internación institucional, los beneficios no han sido uniformes y no todas las familias potencian la recuperación de los niños/as y adolescentes incluidos. Objetivo: En este trabajo investigamos la conducta adaptativa y el autoconcepto de los niños/as y adolescentes criados en familias de acogida y su relación con el estilo de funcionamiento familiar".

Disponível on-line »

Menores sin familia en España y acogimiento familiar (2014)

Artigo de Alejandro Gómez e Blanca Minchero: "Las necesidades básicas de la infancia, de relación emocional, personalizada y continua, se encuentran en la familia, y si la familia biológica no cubre esas necesidades, los menores no la encuentran en una institución sino en una familia alternativa". P. 13

Disponível on-line »

Fathers who foster: exploring gendered narratives from foster-fathers (2014)

Tese de Doutoramento de Philip Heslop: "This thesis reports the findings of an in-depth narrative study, involving 23 foster-fathers from within an independent foster care agency. The foster care of 'looked after' children in Britain has undergone considerable organisational change over the last few decades. This change to fostering has coincided with feminist and sociological discourses that have developed our understanding of family and gender relations. However, as research and practice have tended to focus on how women look after fostered children, these new ways of looking at gender roles and family relations have not been applied to families who foster. This focus on women as foster carers preserves traditionally gendered roles where women are seen as homemakers. Therefore, there is little understanding of what it is that men do within fostering families and men are routinely assigned a secondary role, as support carer or breadwinner, to a woman main carer. This study aims to add to the understanding of foster care by using feminist concepts around intersectionality and performativity to reappraise the literature and reflect on foster-fathers' experiences as they see them".

Disponível on-line »

Foster carers' experiences of multi-professional working (2014)

Tese de Doutoramento de Natalie Jewitt: "This thesis explores foster carers' experiences of multi-professional working. Despite previous research exploring multi-professional working from a range of different perspectives, an in-depth exploration of foster carers' experiences has not been reported. As Looked After Children (LAC) are likely to have poorer outcomes across mental health and education, it is crucial that multi-professional working around LAC is effective to ensure their needs are met across all areas. With 75% of children in care being placed in foster placements a better understanding of the foster carers' experiences of working within a multi-professional team is vital to improve our understanding of multi-professional working around children in care".

Disponível on-line »

Imagens dos direitos das crianças em acolhimento familiar (2013)

Dissertação de Mestrado de Beatriz Maia: "O sistema de proteção infantil português prevê o acolhimento familiar como uma medida de proteção para as crianças que por variados motivos são privadas de viverem com a sua família biológica. Esta medida não é a mais utilizada em Portugal, mas, segundo a investigação nacional e estrangeira, é benéfica para o desenvolvimento saudável e estável das crianças. Esta dissertação de mestrado pretende focar-se nesta relação entre direitos das crianças e o acolhimento familiar. Desta forma, o objetivo principal é perceber a visão dos direitos das crianças que as famílias de acolhimento têm, utilizando a técnica de *photovoice*. A presente investigação destaca os direitos das crianças acolhidas a ter e a crescer numa família, a participarem e a serem protegidas".

Disponível on-line »

"Em Portugal, o acolhimento familiar ainda tem alguns desafios e situações que necessitam de ser ultrapassados, tais como: a falta de recursos humanos e físicos; a falta de divulgação da medida, para que mais famílias se voluntariem para acolher; a falta de investigação e trabalho académico para que a informação seja atualizada e haja mais conhecimento acerca desta medida; a falta de um acompanhamento regular por parte das equipas às famílias biológicas (para as orientar para a mudança) e às famílias de acolhimento e às crianças (para lhes dar mais apoio/backup); a falta de parcerias entre instituições (escolas, centros de saúde, CPCJ, Tribunais, etc.); e, por último, os poucos casos de transição de crianças institucionalizadas para as famílias de acolhimento (…)".

Maia, 2013:29

Foster children's attachment development and mental health in the first six months of foster care placement: associations with foster parents' stress and sensitivity (2013)

Tese de Doutoramento de Sandra Gabler: "In Germany about 60 000 children live in foster families as their birth parents cannot bring them up adequately for different reasons (Statistisches Bundesamt, 2011). Because of adverse experiences in their birth families as well as attachment break-ups and periods of insecurity during the placement process, many foster children show elevated rates of mental health problems and special caregiving demands (…). Taking account of this research it appears evident that being foster parents is very challenging (…). According to attachment theory the formation of secure attachments to new caregivers could be a protective factor for foster children (…). Previous research reveals associations between foster parents' sensitivity as well as parenting stress and foster children's attachment security (…). Hence, the aim of the current doctoral thesis was to examine both, foster parents' functioning in terms of parenting stress and sensitivity as well as foster children's attachment development and mental health in the first six months of placement".

Disponível on-line »

Supporting the executive function development of children in foster care using conjoint consultation (2013)

Tese de Doutoramento de Patrick Mcardle. Disponível on-line »

"Mayall (2004, p. 43) refere que "as crianças têm conhecimento sobre o que é importante para elas". Assim, as crianças devem ser consultadas e devem ter a possibilidade de dar a sua opinião nos seus processos de proteção/acolhimento. Por exemplo, as crianças têm conhecimento acerca da sua futura família de acolhimento e acesso a alguns documentos, mas não podem escolher para que famílias de acolhimento vão ou discordar/recusar onde foram colocadas. Esta decisão compete ao Tribunal. Pode dizer-se que os direitos das crianças são respeitados apenas em alguns aspetos do seu processo de acolhimento".

Maia, 2013:30

iStockphoto

Exiting foster care: a case study of former foster children enrolled in higher education in Kansas (2013)

Tese de Doutoramento de Jamie Schwandt: "In the United States, foster care is provided to children to avert maltreatment and abuse of children in distressed families by providing a temporary home or a foster home. Courts with jurisdiction over families have been charged by Congress to find appropriate homes when necessary circumstances occur. In fiscal year 2009, there were 423,773 children in foster care (U.S. Department of Health and Human Services, 2010). When the term "foster child or foster care" is used, most individuals view the term as negative. Most statistical data reaffirms this belief and casts a negative light on the foster care system in the United States. Foster children exit the foster care system and face higher rates of substance abuse, unemployment, and incarceration, and lower educational attainment. Though foster children do suffer from uncertainty of shattered relationships, there are success stories that arise from foster care. This study examines the discovery of strengths and emerging possibilities in the State of Kansas foster care system and the conditions that make them possible. This study identifies and examines success stories of 15 former foster children in the State of Kansas and analyzes how to build on those success stories. This case study uses qualitative methods such as audio-taped interviews and an interview protocol with a predetermined set of open-ended questions. This study identifies stories of effectiveness in the State of Kansas foster care system".

Disponível on-line »

Acogimiento familiar de urgência: resultados e implicaciones (2013)

Artigo de Isabel Muñoz *[et al.]*: "El objetivo de este estudio es conocer la situación de los Acogimientos Familiares de Urgencia desde su implantación en la provincia de Málaga, dado que es una medida de protección relativamente reciente en nuestro país y escasamente estudiada. Participaron 89 niños, 84 familias biológicas y 38 familias acogedoras de urgencia. El instrumento utilizado fue la Ficha de recogida de datos. Los resultados mostraron que: a) el 59,6 por ciento de los niños habían sufrido maltrato; b) en la familia biológica se encontró un perfil caracterizado por la toxicomanía y la psicopatología; c) la calidad y regularidad de las visitas de los padres a sus hijos fueron superiores a las encontradas en otros tipos de acogimiento; d) las familias acogedoras habían realizado un número elevado de acogimientos y habían acogido a varios niños simultáneamente; e) el 20,3 por ciento había estado en otra medida de protección previa al acogimiento de urgencia; f) la duración media de los acogimientos fue de 5,7 meses; y g) el 32,4 por ciento de los acogidos retornó con su familia biológica al finalizar el acogimiento de urgência".

Disponível on-line »

Comunicación, orígenes e identidad en el acogimiento familiar y residencial: el programa "Viaje a mi historia" (2013)

Artigo de Estefanía Mata Fernández *[et al.]*: "El presente artículo revisa los principales retos y necesidades que tienen los niños y niñas en el sistema de protección centrándose en la necesidad de saber acerca de su familia de origen y su situación familiar en el acogimiento familiar y residencial. Existe un considerable consenso científico y profesional acerca de la necesidad de hablar con los niños y de que una comunicación abierta, afectuosa y fluida sobre estos temas favorece su mejor adaptación. Sin embargo, diferentes estudios indican que la comunicación entre acogedores y acogidos no es una tarea fácil y que acogedores y profesionales necesitan apoyo y formación específica para abordarla adecuadamente. Al hilo de estos resultados, se exponen las líneas generales del programa Viaje a mi Historia que se lleva a cabo en la Comunidad Autónoma de Andalucía. Este programa ha sido diseñado con el objetivo de apoyar la tarea de acogedores y profesionales y servir de recurso en la comunicación entre acogedores y acogidos de manera que los niños y niñas puedan conocer su historia personal y familiar, las razones por la cuales están acogidos y su futuro en la medida de protección, contribuyendo así a que puedan desarrollar una identidad positiva en su paso por el acogimiento".

Disponível on-line »

Alternative forms of care for children without adequate family support: sharing good practices and positive experience (2013)

Publicação da responsabilidade da organização internacional ChildONEurope.

Disponível on-line »

O direito a uma família: significados, discursos e práticas do acolhimento familiar (2012)

Dissertação de Mestrado de Sara Oliveira: "O acolhimento familiar continua a assumir em Portugal uma expressão reduzida quando comparado com outras medidas de proteção de crianças e jovens, nomeadamente as de caráter institucional. Como resposta temporária de cariz familiar, oferece um importante suporte às famílias que, vulneráveis ou em risco, se encontram incapazes de providenciar às crianças os cuidados básicos para a salvaguarda dos seus direitos. Com o intuito de evidenciar com mais clareza o significado de família de acolhimento em Portugal, procurou-se caraterizar as famílias de acolhimento de crianças, descrever as perspetivas e práticas e ainda, tomar conhecimento das suas redes de apoio, dificuldades e motivações. Considerando a criança como um dos atores desta medida, foi igualmente importante através da sua voz, compreender as representações que possuem acerca da sua família de acolhimento. Este retrato é traçado através dos discursos de seis crianças, com idades compreendidas entre os três e os seis anos, e as suas famílias de acolhimento, do distrito de Braga".

Disponível on-line »

"(...) apesar do acolhimento familiar ter sempre existido na sociedade portuguesa de forma informal ou formal (reconhecido juridicamente há três décadas), o acolhimento em instituição continua a ser a medida com mais expressão".

(...)

Considerando que "o direito à família é um dos direitos de provisão mais consensuais e dos que têm uma história mais longa no percurso de construção de direitos para as crianças" (Soares, 2005, p. 304), é inquestionável o papel de excelência que a família possui no processo de desenvolvimento pessoal e social da criança. Quando a estrutura familiar não é a mais adequada e a permanência das crianças se encontra em risco, torna-se necessário o encaminhamento destas para uma resposta alternativa, enquanto a família não possa promover a totalidade das suas funções. Neste contexto, as famílias de acolhimento apresentam-se como alternativa ao contexto institucional, para que as crianças tenham o direito a uma família que lhes proporcione uma situação de estabilidade, afeto e compreensão, que possa promover um bom e adequado desenvolvimento".

Oliveira, 2012: 1-2

Foster youth's sense of belonging in kinship, network, and traditional foster families: an interactive perspective on foster youth's everyday life (2012)

Tese de Doutoramento de Lena Hedin. Disponível on-line »

Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas (2012)

Artigo de Jane Valente: "No contexto da atual legislação brasileira, no que se refere às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco, vamos encontrar um novo serviço dentre as medidas protetivas previstas: o serviço de acolhimento em família acolhedora. Dado o ineditismo desse serviço como política pública, este artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre a sua execução no território nacional".

Disponível on-line »

El bienestar del menor acogido en familia extensa. Un estudio de casos sobre la influencia de las visitas de los padres biológicos durante el acogimiento (2012)

Artigo de Fátima Vento: "Esta investigación trata de indagar sobre las consecuencias de las visitas que tienen lugar entre los niños acogidos en familia extensa y sus progenitores. Parte de dos hipótesis: las consecuencias negativas de esas visitas para el menor cuando en sus padres persisten las dificultades que motivaron el acogimiento, y la dificultad que introduce el vínculo paterno-filial entre acogedores y progenitores en la realización de las visitas. Los resultados de la investigación confirman ambos supuestos, pero introducen nuevos elementos a considerar".

Disponível on-line »

Estudio sobre los factores de cambio en grupos socioeducativos de familias de acogida extensa (2012)

Artigo de Belén Ramajo: "La modalidad de acogimiento en familia extensa es una de las medidas de protección mayormente utilizada por los sistemas de protección de la infancia. Este acogimiento repercute beneficiosamente sobre el desarrollo de los menores al posibilitar el crecimiento junto a personas con las que ya mantienen vínculos y se refuerza la identidad familiar de origen. Sin embargo, las investigaciones demuestran que las familias de acogida extensa tienen una serie de características psicosociales específicas que señalan la necesidad de acompañamiento profesional".

Disponível on-line »

Stepping up for kids: what government and communities should do to support kinship families (2012)

Publicação da responsabilidade de The Annie E. Casey Foundation: "Across every generation and culture, grandparents, other relatives, and close family friends have stepped forward to raise children whose parents can no longer care for them. This time-honored tradition, known as kinship care, helps protect children and maintains strong family, community, and cultural connections. When children cannot remain safely with their parents, other family and friends can provide a sense of security, positive identity, and belonging".

Disponível on-line »

publicdomainpictures

Contextos de colocação para crianças em perigo dos 0 aos 3 anos de idade: elementos para uma análise (2011)

Dissertação de Mestrado de Luísa Cardoso: "O presente trabalho teve como objetivo analisar a adequação dos contextos e colocação de menores em perigo - acolhimento familiar e acolhimento institucional (temporário) – a crianças dos 0 aos 3 anos, considerando o seu perfil de necessidades e as dimensões críticas que caracterizam ambos os contextos".

Disponível on-line »

Menores criados por sus abuelas. Mejora de la pautas de cuidado a menores en acogimiento familiar en familia extensa através de un programa de intervención psicoeducativo (2011)

Artigo de Sacramento Pinazo-Hernandis e Jezabel Lluna: "En esta investigación hemos pretendido describir el acogimiento familiar de menores en familia extensa como alternativa de convivencia en aquellos casos en que los padres no pueden o dejan de ejercer su rol de cuidadores principales de sus hijos. El impacto de esta situación familiar en los abuelos demanda una especial atención, por la problemática asociada a la reconversión de roles, desde abuelos a "padres sustitutos". La prevención de la aparición de consecuencias negativas (burnout, sintomatología depresiva, pérdida de relaciones sociales, problemas económicos, problemas de escolarización, etc.) junto con la promoción de consecuencias positivas (relación con los nietos, etc.) será objeto de análisis en nuestro trabajo. Es importante detectar las necesidades de apoyo psicosocial –además de otras formas de apoyo como el instrumental- y redes formales e informales para el diseño de adecuadas formas de intervención desde las instituciones y los agentes sociales".

Disponível on-line »

Evolución de los acogimientos familiares: propuesta de actuaciones para la prevención de sus dificultades (2011)

Artigo de Ana Rosser Limiñana: "En ocasiones, los procesos de acogimiento familiar de menores han de interrumpirse antes de lo previsto sin que se hayan logrado los objetivos que lo motivaron. En muchos de estos casos la interrupción se produce tras una crisis en las relaciones entre familias y menores. Las cifras sobre la interrupción de acogimientos preocupan, y despiertan un interés por conocer los factores que se relacionan con estas interrupciones y tratar de prevenirlos. Con esa intención se han analizado 77 expedientes del Sistema de Protección de Menores, en los que se había interpuesto una medida de acogimiento familiar, y que habían cesado en el momento del estudio, al objeto de dilucidar, mediante un análisis de contingencia, las posibles las variables intervinientes en estos ceses. Los resultados reflejan la presencia de una serie de factores, tanto del menor, como su edad o sus experiencias previas, de la familia acogedora como el grado de parentesco con el menor, tener otros hijos, tener experiencia en acogimientos o sus estilos educativos, y del propio proceso, como la modalidad de acogimiento, el número de menores asignados a una misma familia, o la intensidad del seguimiento, cuyo control debería orientar la práctica futura en los equipos de acogimiento familiar".

Disponível on-line »

Las familias acogedoras y sus redes sociales: un análisis comparativo del acogimiento de menores en familia extensa y educadora (ajena), desde el ámbito de los servicios sociales (2011)

Artigo de Ana García: "La investigación que presentamos es el resultado del estudio de campo realizado con familias acogedoras de menores, en el ámbito de la intervención de los trabajadores sociales, en los Servicios Sociales de Sagunto y la Asociación Nova Infancia de Valencia. Esta investigación ha girado en torno a dos ejes: el primero, conocer y analizar las similitudes y diferencias, entre la modalidad del acogimiento en familia extensa y familia educadora (ajenas) desde el ámbito de los Servicios Sociales; y el segundo, conocer cuáles son los apoyos sociales que tienen cada una de las referidas modalidades de acogimiento familiar".

Disponível on-line »

Acolhimento familiar: práticas e representações das famílias de acolhimento (2010)

Tese de Mestrado de Vanessa Batalhas: "Este trabalho incide no estudo de dez famílias de acolhimento que fazem parte do programa de acolhimento familiar da Associação Mundos de Vida, em Vila Nova de Famalicão. No sentido de perceber as práticas e representações destas famílias, relativamente ao acolhimento de crianças e jovens, o estudo analisa várias dimensões da esfera familiar e social: a estrutura familiar, as atitudes face ao acolhimento, a organização do quotidiano doméstico, as redes sociais de apoio e a influência da classe social na configuração das práticas e representações".

Disponível on-line »

O acolhimento familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios (2010)

Artigo de Paulo Delgado: "O Acolhimento Familiar assume em Portugal uma expressão reduzida, num sistema de proteção das crianças excessivamente centrado na colocação em instituições, não obstante o discurso político mais recente, defensor da desinstitucionalização, e a evolução de outros sistemas sociais em diversos países europeus. Este artigo pretende caracterizar o modelo de Acolhimento Familiar português, destacando, nomeadamente, a sua evolução histórica mais recente, os conceitos e tipologias que mobiliza, as práticas que manifesta e os desafios que se colocam ao seu desenvolvimento".

Disponível on-line »

pixabay

"O Acolhimento Familiar é pela primeira vez institucionalizado, naqueles moldes, pelo Decreto-Lei n.º 288/79, de 13 de Agosto, dando cobertura legal a uma prática crescente, espontânea ou promovida por iniciativa dos serviços de ação social do estado ou das instituições privadas de solidariedade social. Por Acolhimento Familiar entende-se a colocação temporária de crianças cuja família natural não esteja em condições de desempenhar cabalmente a sua função educativa, em famílias consideradas idóneas, que devem proporcionar um meio substitutivo que garanta a segurança, o afeto, e o respeito pela personalidade, pelo nome, origem e identidade (art. 1º).

(...)

"Para que a pessoa ou a família seja declarada idónea para acolher é necessário o preenchimento de um conjunto de requisitos e o cumprimento de várias fases integradas no processo de seleção. E para desempenhar devidamente a sua função, de modo a garantir o ambiente familiar necessário para o desenvolvimento integral e para o bem-estar da criança acolhida, os acolhedores precisam de estabilidade, de apoios financeiros, para suportar as despesas, de uma remuneração, de formação inicial e contínua, de um acompanhamento contínuo e eficaz na fase inicial da estadia, no seu decurso e quando cessa a vida conjunta".

Delgado, 2010:337-338

Família de acolhimento uma família diferente e tão igual a outras (2010)

Artigo de Maria João Jordão e Paula Isabel Santos: "O presente trabalho incide sobre a problemática do Acolhimento Familiar. Será apresentado um caso de uma família de acolhimento em Portugal. Pretendemos, com o presente estudo de caso, compreender melhor a família de acolhimento através das suas perceções e vivências. Pode dizer-se que a problemática do acolhimento familiar é, ainda hoje, um fenómeno social pouco estudado. Nos últimos tempos, tem sido fruto de uma maior visibilidade devido aos problemas expostos pelos meios de comunicação e pelas recentes alterações legislativas".

Disponível on-line »

A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico (2010)

Artigo de Paulo Delgado: "Como se define e caracteriza, na atualidade, o acolhimento familiar em Portugal? Qual a expressão que assume no sistema de proteção, quais os principais obstáculos e desafios que enfrenta? O objetivo deste artigo é refletir sobre o acolhimento familiar a partir do seu novo quadro normativo (o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de Janeiro), caracterizar os diferentes tipos de acolhimento nele propostos, bem como os mecanismos de seleção e de formação das famílias de acolhimento, os processos de preparação, acompanhamento e cessação da colocação, e apresentar algumas reflexões sobre o futuro do acolhimento familiar em Portugal".

Disponível on-line »

pixabay

Acolhimento familiar: caracterização de um programa (2010)

Artigo de Lara Martins *[et al.]*: "Este artigo objetiva caracterizar os principais atores envolvidos em um programa de Acolhimento Familiar e os acolhimentos realizados. Esse programa efetuou 314 acolhimentos entre 1998 e 2007. Neste período, a maioria dos acolhidos eram meninos (51,7%), afrodescendentes (55,3%), de até seis anos (58,7%). As famílias acolhedoras eram constituídas por casais (70,4%), com filhos (84,1%); faixa etária entre 30 e 49 anos; bom nível de escolarização; profissões autônomas; rendas diversificadas e motivações solidárias para acolher. Com relação às famílias de origem não foram encontradas informações. Como principal causa dos acolhimentos foi citada a negligência (33,7%). Sua duração foi de um a seis meses em 46,65% dos casos. Quanto aos encaminhamentos pós-acolhimento, 34,2% das crianças foram adotadas e 33,8%, reintegradas às suas famílias. Caracterizar um programa oferece subsídios para a redefinição de práticas e auxilia na formulação de ações de intervenção em situações complexas como o acolhimento familiar".

Disponível on-line »

El acogimiento familiar através de la práctica cultural (2010)

Artigo de Alejandra Facciuto: "Este artículo expone la importancia del acogimiento familiar como alternativa a internar un niño o niña, cuando se hace necesario separarle provisoriamente de sus padres o familia extensa. Propone aprovechar las situaciones que se prevén en la Convención Internacional de los Derechos del Niño y en la ley 26061/05 de Protección Integral a la Niñez en Argentina. Reflexiona sobre formas de acogimiento que se dan culturalmente y que recién empiezan a visualizarse como tal".

Disponível on-line »

Estrategias para la captación de familias acogedoras (2010)

Artigo de Mónica López *[et al.]*: "El acogimiento familiar provee a niños y niñas la oportunidad de crecer y desarrollarse en un ambiente familiar, mientras esperan que se resuelva aquello que provocó la separación de su familia o bien son adoptados o se independizan al cumplir la mayoría de edad. Encontrar familias dispuestas a acoger a estos niños supone uno de los principales retos para el sistema de protección durante la próxima década. Este artículo lleva cabo una revisión de las prácticas internacionales para la captación de familias acogedoras".

Disponível on-line »

Innovación socioeducativa para el apoyo de adolescentes en situación de acogimiento familiar (2010)

Artigo de María Angeles Balsells *[et al.]*: "Este artículo presenta los resultados de la investigación sobre los adolescentes acogidos en familias extensas. Este proyecto se sitúa en la investigación cooperativa. La muestra está compuesta por 57 jóvenes acogidos y 79 técnicos expertos en protección de la infancia de ocho regiones españolas".

Disponível on-line »

Acolhimento Familiar - Manual de Processos-Chave (2009)

Publicação da responsabilidade do Instituto da Segurança Social. Disponível on-line »

Acolhimento familiar - Crianças e Jovens (CJ): medida de promoção e protecção, para garantir transitória e temporariamente um enquadramento à criança ou jovem em perigo, que permita minimizar os efeitos da separação do seu agregado de origem. Esta medida pressupõe a previsibilidade de retorno da criança ou jovem ao meio natural de vida (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro e Decreto-lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro).

No âmbito da criação de soluções positivas para o desenvolvimento, constituem-se como objetivos principais desta resposta:

- ***Promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo.***
- ***Integração temporária, em meio familiar, promovendo estabilidade emocional.***
- ***Satisfação das necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde e afetos.***
- ***Promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento físico e emocional.***
- ***Acompanhamento dos planos de cuidados de saúde.***
- ***Acompanhamento do plano socioeducativo.***
- ***Facilitação da integração social na comunidade.***
- ***Promoção da relação com a família de origem.***

Segurança Social, 2009:4

pixabay

Acolhimento Familiar - Questionários de Avaliação da Satisfação (2009)

Publicação da responsabilidade do Instituto da Segurança Social. Disponível on-line »

Na divulgação do Acolhimento Familiar com objetivos de captação de famílias e de retenção de famílias, pretende-se atingir mudanças de comportamentos que se traduzam em ações concretas. Esta divulgação deve compreender de forma integrada e interligada ações de sensibilização e de informação contínuas, e ações de recrutamento pontuais.
"As estimativas prevêem que apenas 10% das pessoas que manifestam interesse pelo acolhimento se convertem em acolhedores, o que justifica que as campanhas decorram com "continuidade no tempo e através de uma diversidade de meios, tanto os destinados ao público em geral (através dos meios de comunicação) como os dirigidos a grupos mais sensibilizados" (…).

No decurso da entrevista será de todo conveniente explicitar os direitos e deveres das Famílias de Acolhimento, com particular relevância:

DIREITOS
- ***Formação inicial e contínua.***
- ***Apoio técnico permanente.***
- ***Apoios financeiros.***

DEVERES
- ***Garantir a qualidade do acolhimento, exercendo-o com integridade e contínua consideração dos direitos do cliente acolhido e responsabilidades da família de origem, em sintonia com as recomendações e orientações da Instituição de Enquadramento.***
- ***Atender prioritariamente aos interesses e direitos do cliente acolhido.***
- ***No caso de crianças e jovens, orientar e educar promovendo o seu desenvolvimento saudável e integral.***
- ***Apoiar as condições para o fortalecimento das relações do cliente acolhido com a família de origem.***
- ***Respeitar o direito da família de origem à sua intimidade e reserva da vida privada.***
- ***Assegurar a participação do cliente acolhido nas atividades de desenvolvimento que fazem parte dos objetivos do acolhimento.***
- ***Manter a Instituição de Enquadramento permanentemente informada sobre factos supervenientes que alterem as condições de acolhimento acordadas.***
- ***Disponibilidade para articulação com a Instituição de Enquadramento para a monitorização e avaliação do processo de acolhimento.***

Segurança Social, 2009:23-24

No caso do acolhimento de crianças e jovens, explicitar os direitos e deveres da família de origem, nomeadamente:

DIREITOS

- ***A ser informada sobre o modo como se irá processar o acolhimento familiar.***
- ***A ser apoiada pelos serviços locais e ao acompanhamento técnico da Instituição de Enquadramento, em conformidade com o objetivo de reintegração familiar da criança ou do jovem.***
- ***A ser ouvida e a participar na educação da criança ou do jovem, salvo decisão judicial em contrário.***

DEVERES

- ***Colaborar com a família de acolhimento e com a Instituição de Enquadramento na execução do plano individual que vier a ser definido para o cliente em acolhimento.***
- ***Respeitar o direito da família de acolhimento à intimidade e reserva da vida privada.***
- ***Comparticipar, sempre que possível, nos encargos com a manutenção da criança ou do jovem.***

Segurança Social, 2009:29-30

Famílias de acolhimento: cuidar e proteger em tempos de dificuldades (2009)

Dissertação de Mestrado de Maria Cecília Vieira: "O acolhimento familiar é uma resposta ao impedimento temporário ou permanente das famílias naturais, no desempenho das suas funções. Espanta o elevado número de crianças e jovens em acolhimento familiar, nos nossos dias, se atendermos aos discursos morais políticos dominantes e aos avanços científicos. Estas são algumas das razões do crescente interesse das Ciências da Educação pelas famílias de acolhimento. O estudo que apresentamos teve por objetivo compreender a complexidade de uma família de acolhimento. Elaborar um plano de intervenção, enquadrado na lei vigente, para aliar a teoria à prática. Por um processo de investigação-ação participada quisemos perceber o quotidiano das famílias selecionadas e intervir de uma forma dialogada, no sentido de encontrar respostas aos problemas que dificultam o desenvolvimento equilibrado da família de acolhimento".

Disponível on-line »

Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes (2009)

Artigo de Nina Costa *[et al]*. Disponível on-line »

El acogimiento familiar en España: implantación y retos actuales (2009)

Artigo de Jorge Fernández del Valle *[et al.]*. Disponível on-line »

O acolhimento familiar numa perspetiva ecológico-social (2009)

Artigo de Paulo Delgado: "O modelo ecológico-social de Bronfenbrenner permite compreender o desenvolvimento humano, as interações e interdependências que o caracterizam, e o restruturam, bem como identificar os fatores que condicionam ou facilitam as transições ecológicas. No caso específico do Acolhimento Familiar, esta perspetiva possibilita a compreensão das transições que ocorrem na vida da criança acolhida, a separação dos pais e o desenraizamento do seu contexto, a que se sucede a colocação num mundo novo e desconhecido, e orienta a intervenção na prática, de modo a prevenir os riscos e a promover a integração e o desenvolvimento das crianças".

Disponível on-line »

O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária (2008)

Tese de Mestrado de Janete Valente. Disponível on-line »

Acogimiento familiar, justicia o solidaridad? (2008)

Artigo de C. Martínez González: "Es una realidad social la existencia de diversos núcleos familiares, de manera que un niño puede tener una familia monoparental, una familia compuesta por dos miembros del mismo sexo, una familia reconstituida o padres adoptivos. Para muchos niños que han sufrido graves adversidades, abandono o desamparo de su familia biológica, el acogimiento familiar no solo es una medida de protección, sino una alternativa de convivencia que le ofrece una opción de vida más normalizada que una institución".

Disponível on-line »

Las fases de adaptación del menor en el Acogimiento Familiar (2008)

Artigo de Esteve Llansola: "El acogimiento familiar tiene como objetivo primordial proporcionar al menor una atención familiar sustituta o complementaria a la de su propia familia durante un periodo de tiempo determinado, cuando esta no puede atenderle. A un siendo una medida de protección muy normalizada y de todas ella la que produce menos cambios en el menor, el menor experimenta numerosos cambios y vivencias dentro del proceso de adaptación y aceptación de su nueva situación familiar. Por tanto lo que se pretendo en este artículo es partir de tres casos prácticos, observar y comparar las fases del acogimiento familiar tomando como base las teoría escritas por diferentes autores sobre los cambios en cada uno de las fases y los cambios observados en una situación real, para así poder entender las diversas dificultades que un menor debe superar para integrar este difícil cambio en su vida, y así poder dotarlo de habilidades y estrategias suficientes para su buen funcionamiento y desarrollo".

Disponível on-line »

Famílias acolhedoras: um estudo comparativo (2007)

Dissertação de Mestrado de Vera Camargo. Disponível on-line »

Acolhimento familiar, experiência brasileira: reflexões com foco no Rio de Janeiro (2006)

Dissertação de Mestrado de Rachel Baptista: "The paper in focus aims to discuss the process and practice of the foster care where children and teenagers are usually victims of the household violence. The foster care as a social support has been taken place in Brazil since the colonial period. But we are only going to study the cases under the public power that have been happened after the Child and Teenager Statute, since 1990. Only from 1997 to 2005. Foster care means the practice that takes a guy, a child, a teenager or an adult to deal with a passing or permanent member from another family, someone that is not from the family where he or she was born (…). It can be considered as an alternative from institutionalization for some children and teenager when it´s temporary and transitory. It´s a large and different process according to the society and culture. Our analyses are related to the aspects that may increase the permanence probability in the original family after they have been had under a formal foster care. These aspects have not been studied through the programs we´ve attended. Household violence and foster care were the categories used. To reach our goals we interviewed several actors involved in the foster care process: families, technicians and other people who are engaged in the projects. Four regions from Rio de Janeiro and another five different regions in Brazil where chosen in our research. The results found are within our reach. We may answer some questions and discuss about everything".

Disponível on-line »

Respostas sociais nomenclaturas e conceitos (2006)

Editado pela Direcção-Geral da Segurança Social, da Família e da Criança. Disponível on-line »

O acolhimento familiar como resposta de proteção à criança sem suporte familiar adequado (2005)

Artigo de Paula Cristina Martins: "O acolhimento familiar constitui uma resposta de proteção de crianças e jovens em perigo prevista na legislação portuguesa. A compreensão da especificidade desta medida requer o conhecimento contextualizado da sua evolução, assim como a análise do seu papel, funções e objetivos atuais, no contexto nacional e internacional. Os quadros jurídicos que definem as modalidades de prestação do acolhimento familiar são incorporados na reflexão sobre as suas potencialidades e fragilidades, à luz dos conhecimentos disponíveis".

Disponível on-line »

Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços (2004)

Tese de Doutoramento de Paula Cristina Martins que trata o acolhimento familiar nas páginas 200 a 217. Disponível on-line »

Crianças em risco em famílias de acolhimento: como se percecionam e avaliam (2000)

Dissertação de Mestrado de Ana Sá: "Este trabalho teve como objetivo estudar as relações, entre perceção do ambiente familiar, autoconceito e autoestima e condutas pró-sociais, num grupo de adolescentes integrados em famílias de acolhimento, partindo da seguinte questão - Crianças em risco em famílias de acolhimento: como se percecionam e avaliam".

Disponível on-line »

Reflexão sobre as estruturas sociais de apoio à criança: a especificidade das famílias de acolhimento (2000)

Artigo de Patricia Arriaga. Disponível on-line »

Enquadramento jurídico

O acolhimento familiar é uma das medidas contempladas na **Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro)** e objeto de um diploma específico, o **Decreto-Lei n.º 11/2008.**

Lei N.º 147/99 - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

Disponível on-line »

Decreto-lei N.º 11/2008 - Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de proteção de crianças e jovens em perigo

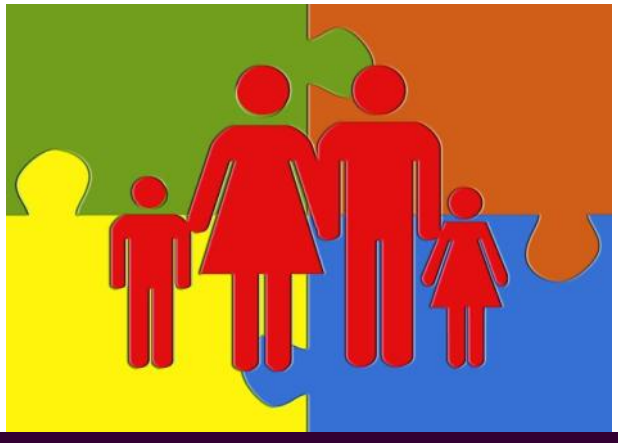
Disponível on-line »

Despacho N.º 20045/2009 - Atualização do valor do subsídio a retribuir à família de acolhimento de crianças e jovens problemáticos

Disponível on-line »

Decreto-lei N.º 190/92 - Reformula a legislação sobre acolhimento familiar

Disponível on-line »



pixabay

Dados estatísticos

CASA 2014 Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (2015)

Da autoria do Instituto da Segurança Social. Disponível on-line »

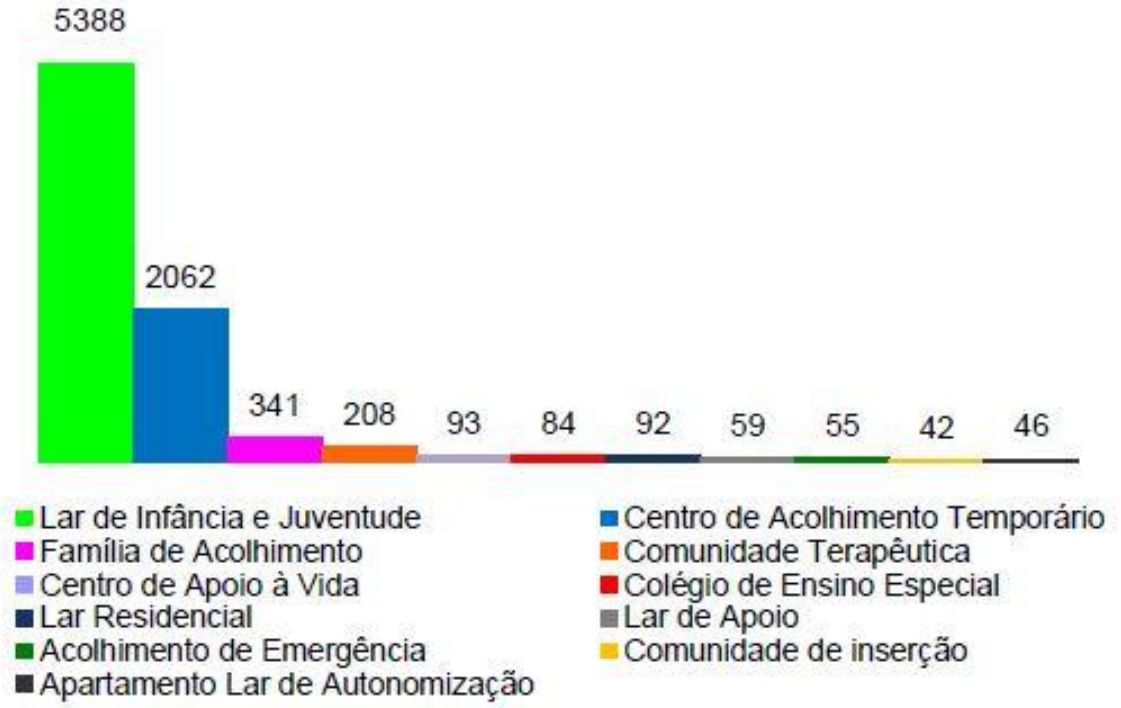


Gráfico 8: Crianças e jovens em situação de acolhimento, por local de acolhimento

N=8.470 crianças e jovens

"Em terceiro lugar aparecem as Famílias de Acolhimento com 341 crianças e jovens acolhidos, o que corresponde a um valor residual de 4,5% relativamente às crianças e jovens em situação de acolhimento institucional (CAT e LIJ), que assume um peso de 88%. O universo das crianças e jovens acolhidos em famílias tem vindo a sofrer uma diminuição progressiva desde 2009 (menos 81 crianças e jovens), do que resulta um acentuado desequilíbrio entre os elevados números de medidas de acolhimento em Instituição e os baixos números das medidas de acolhimento familiar, sendo que em 2014 existia uma rede de 275 famílias de acolhimento".

Segurança Social, 2015:26

"…de acordo com as recomendações do Conselho da Europa relativamente a critérios para o acolhimento institucional e familiar, é crucial para as crianças entre os 0 e 3 anos, o reforço de medidas que preservem o suporte familiar em meio natural de vida e, caso se tenha que optar pela retirada da criança à família, a colocação em Acolhimento Familiar deverá ser privilegiada em detrimento da colocação institucional, assim deverá ser uma matéria que os principais interventores, Estado e Rede Solidária, necessitarão de começar a definir estratégias que respeitem esta recomendação.
Torna-se perentório, o reforço de medidas que conservem o suporte familiar em meio natural de vida sobretudo para as crianças entre os 0 e 3 anos, e caso se tenha que optar pela retirada da criança à família, nestas faixas etárias, a colocação em Acolhimento Familiar deveria ser privilegiada em detrimento da colocação institucional."

Segurança Social, 2015:62

CASA 2013 Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (2014)

Da autoria do Instituto da Segurança Social. Disponível on-line »

Crianças e jovens em situação de acolhimento familiar

A partir de 2006, verifica-se uma progressiva diminuição do total de famílias de acolhimento existentes no país, acentuada em 2008, mercê de uma mudança legislativa que suprimiu a possibilidade de as famílias com laços de parentesco com a criança/jovem serem enquadradas nesta medida e, por outro lado, fruto da não priorização da seleção e formação de novas famílias de acolhimento.

(…)

A negligência afigura-se como a situação de perigo que de forma mais evidente originou a aplicação da medida de acolhimento familiar destas crianças e jovens: 86% das situações de acolhimento familiar tiveram na sua origem situações de negligência grave, seja ao nível da educação, da saúde, de comportamentos de risco da criança, seja sob a forma de exposição a modelos parentais desviantes ou falta de supervisão e acompanhamento parental. As restantes situações de perigo (mau trato físico, mau trato psicológico ou emocional, abuso sexual ou outros) assumem, neste universo, um peso residual.

Segurança Social, 2014:29-37

Sites recomendados

Segurança Social

SCML

Mundos de Vida

British Association for Adoption and Fostering (BAAF)

BC Federation of Foster Parent Associations

AdoptUSKids